

MESTRADO

MATEMÁTICA FINANCEIRA

TRABALHO FINAL DE MESTRADO

DISSERTAÇÃO

O ACORDO DE BASILEIA II E O SISTEMA BANCÁRIO ANGOLANO: A PERSPETIVA DOS GESTORES BANCÁRIOS SOBRE A GESTÃO DO RISCO OPERACIONAL.

ALUNO: AFONSO MARIA TULA MABIALA

Júri.

Presidente: Maria do Rosário Lourenço Groussinho. Professora Catedrática do ISEG-UTL.

Orientador: Tiago Miguel P. Cardao Pito. Professor Auxiliar do ISEG-UTL.

Vogal: Maria Teresa Medeiros Garcia. Professora Auxiliar com Agregação do ISEG-UTL.

ISEG/UTL, SETEMBRO 2014

RESUMO

O risco operacional está associado a perdas decorrentes de processos internos inadequados, pessoas e sistema, ou eventos externos. É perceptível que a complexidade das normas para gestão dos bancos em particular exige mudanças internas, especialmente em termos de qualificação dos recursos disponíveis. O novo Acordo de Basileia II contempla aspectos relativo à gestão do risco operacional. A pesquisa foi realizada em Angola, em particular Cabinda, numa amostra de quatro bancos. Esta pesquisa tem como objetivo analisar e verificar a aplicabilidade do Acordo de Basileia II ao sistema bancário angolano, tendo em conta a perspetiva da gestão do risco operacional e sua relevância para a avaliação dos processos institucionais. Para alcançar este objetivo, elaborou-se um questionário que foi submetido aos funcionários dos bancos em estudo, para recolher informações precisas que permitiu responder a seguinte questão: Como tornar relevante o processo de controlo da atividade bancária angolana em relação à gestão do risco operacional? Os resultados alcançados demonstram que os bancos pesquisados não têm o conhecimento do Acordo de Basileia II, e muito menos competência para a gestão do risco operacional, elevando a vulnerabilidade do sistema bancário. No entanto, manifestam interesse, no que tange a aplicação do Acordo de Basileia II, em conformidade a instrução do Comité de Basileia.

Palavras-chave: risco operacional, gestão, Basileia II, Sistema financeiro angolano.

ABSTRACT

Operational risk is associated with losses resulting from inadequate internal processes, people and systems, or external events. It is noticeable that the complexity of the rules for management of banks in particular requires internal changes, especially in terms of qualification of available resources. The new Basel II covers aspects relating to operational risk management. The survey was conducted in Angola, Cabinda in particular, with a sample of four banks. This research aims to analyze and verify the applicability of the Agreement Basel II on the Angolan banking system, taking into account the perspective of operational risk management and its relevance to the assessment of institutional processes. To accomplish this, we prepared a questionnaire that was submitted to officials of the banks in the study to collect accurate information that allowed us to answer the following question: How to make the relevant process control Angolan banking in relation to operational risk management? The results show that the banks surveyed have no knowledge of Basel II, and much less skill for the management of operational risk, increasing the vulnerability of the banking system. However, express interest, regarding the application of Basel II as the instruction of the Basel Committee.

Keywords: operational risk, management, Basel II Angolan financial system.

AGRADECIMENTOS

A Deus, pelos caminhos que Ele colocou em meu destino, pela certeza de que poderei vencer.

A meus pais Afonso Maria Mabiala e Clara Tula, pela vida e aceitação em todos os momentos da caminhada.

A toda família, amigos e colegas pela convivência prazerosa e honrosa, já mais serão esquecidos.

A todos os bancos que aceitaram trabalhar connosco a nossa eterna gratidão.

Aos professores, pela honra de ter aprendido muito através dos seus conhecimentos.

Ao meu orientador, professor Tiago Miguel Proença Cardão Pito, pela dedicação, incentivo e apoio incondicional.

Índice

Capítulo 1-Introdução.....	1
Capítulo 2-Revisão da Bibliografia	3
2.1-Evolução do Risco Operacional	3
2.2-Gestão do Risco Operacional.....	6
2.3.-Cultura de Controlo	9
2.4-Avaliação de Exposição e Revisão de Controlo	10
2.5-Acordo de Basileia II	11
2.5.1-Três Pilares	13
2.5.1.1-Pilar 1-Exigências de Capital Mínimo	13
2.5.1.1.1-Risco de Crédito	14
2.5.1.1.2-Risco de Mercado.....	14
2.5.1.1.3-Risco Operacional	15
2.5.1.2-Pilar 2-Processo de supervisão	16
2.5.1.3-Disciplina do Mercado	17
2.6-Estrutura do Controlo Interno	18
2.6.1-Objetivos de Controlo Interno.....	18
2.6.2-Princípios de Controlo Interno.....	19
Capítulo 3-Sistema Financeiro Angolano	19
3.1-Sistema Bancário Angolano.....	21
3.2- Supervisão do Banco Nacional de Angola aos Bancos Públicos e Privados	22
3.3 -Supervisão Direta	24
3.4-Supervisão Indireta	25
Capítulo 4 - Metodologia Usada Para a Pesquisa	26
4.1-Limitações.....	27
Capítulo 5-Apresentação dos Resultados	28
5.1-Ponto de Vista dos Inquiridos.....	29

Conclusões	33
Sugestões	35
Bibliografia	36
Apêndice	40
Apêndice B	43
Anexo	46

Capítulo 1-Introdução

Ao longo do tempo, tem-se percebido que a estabilidade económica de um país está diretamente relacionada com a solidez do sistema financeiro (Reinhart e Rogoff, 2009). Essa solidez, por sua vez, significa não só que os componentes desse sistema cumprem as suas funções tradicionais de intermediação financeira, mas também mantêm um nível de confiança aceitável no mercado.

O sistema financeiro é para os bancos o seu agente de maior importância, tanto historicamente quanto em volume de intermediação financeira. Embora os bancos tenham seu funcionamento como o de qualquer outra empresa, que obtém recursos para transformá-los em produtos ou serviços, eles diferem-se das demais pelo fato de, na maioria dos casos, usufruírem recursos de terceiros para executar suas funções básicas (ASSAF NETO, 2006).

Com as novas pressões de mercado e dos escândalos financeiros ocorridos nos últimos anos, tornou-se necessária a introdução em todos os bancos de um sistema de informação em cada área de risco que lhes permitisse a gestão de forma eficaz (GALLO e NICOLINI, 2002).

Desta feita, a entidade responsável, o Banco de Compensações Internacionais ou, Bank of International Settlements (BIS) formulou uma proposta para definir um acordo de capitais, apoiado em bases que permitem que os bancos e supervisores avaliem corretamente os vários riscos que o banco enfrenta, o Acordo de Basileia II. Este procura estabelecer a relação entre a adequação do capital e a qualidade da gestão dos riscos assente em três pilares importantes e que mutuamente se reforçam para garantir a segurança e a confiança do sistema financeiro internacional. Tal consiste, em primeiro lugar, nos requisitos mínimos de capital; em segundo lugar, no controlo da supervisão; e em terceiro lugar, na disciplina de mercado.

É perceptível que a complexidade das normas para a gestão das instituições financeiras exige que haja antecipação nas mudanças internas,

especialmente no que tange a qualificação dos recursos disponíveis para o controlo dos riscos de cada atividade.

O risco operacional, que está associado a perdas decorrentes de processos internos inadequados, pessoas e sistemas, ou eventos externos (BIS, 2001); passou a ser grande preocupação do sistema financeiro internacional. A quebra de instituições financeiras, por falta de uma estrutura de controlo, fez com que o risco operacional ganhasse importância.

A gestão do risco operacional está relacionada com o conhecimento das atividades da instituição. E, portanto, todas as atividades devem ter seus riscos operacionais identificados, avaliados, monitorados e controlados/mitigados. O controlo interno é fundamental para uma gestão eficiente do risco operacional, e não só, auxilia a redução do risco de grandes perdas.

O sistema bancário angolano conta com 29 (vinte e nove) instituições bancárias, das quais estão em funcionamento 23 (vinte e três) bancos, sendo que 6 (seis) ainda não iniciaram as suas atividades. Tendo em conta a dimensão do país, direcionou-se a pesquisa à província de Cabinda. Neste caso, dos 8 (oito) bancos existentes naquela cidade, trabalhou-se com 4 (quatro), os quais passamos a chamar A; B, C e D, por terem solicitado sigilo.

O Banco Nacional de Angola (BNA) é a instituição central que credita e supervisiona todas as instituições bancárias sedeadas no país.

A existência de uma estrutura de controlo interno numa instituição financeira é o ponto de partida para uma gestão eficaz de riscos. Diante deste quadro antecedente, formulamos o seguinte problema: Como tornar relevante o processo de controlo interno da atividade bancária angolana em relação à gestão do risco operacional?

A implementação de estruturas para a gestão do risco tem tido mais atenção da Supervisão Bancária (Garcia,2003) devido à preocupação da comunidade internacional face a solidez do sistema financeiro em todo mundo. O risco operacional está presente em todas as atividades das instituições financeiras e não só. No entanto, só recentemente que a disciplina da gestão do risco operacional teve espaço {(Aerts,2001);(Hoffman,2002); (Kennett,2001);

(Netter & Poulsen,2003)} em toda parte devido à atuação de órgãos reguladores do sistema financeiro (MARSHALL,2002); (SYER,2003).

Este trabalho tem como objetivo analisar e verificar a aplicabilidade do Acordo de Basileia ao sistema bancário angolano, tendo em conta a perspectiva da gestão do risco operacional e sua relevância para a avaliação dos processos institucionais.

Para alcançarmos o objetivo desta pesquisa, foi elaborado um questionário, que foi submetido aos funcionários bancários das instituições pesquisadas, assim como algumas entrevistas. Também, recorremos, a teses, monografias, dissertações, artigos, relatórios e obras que relatam aspetos sobre a gestão do risco operacional, do Acordo de Basileia II e do sistema bancário angolano.

Essa dissertação está estruturada da seguinte forma: capítulo 1- Introdução, capítulo 2- Revisão bibliográfica sobre o tema estudado, em que se envereda ao risco operacional e a forma de geri-lo; no terceiro capítulo é esboçado sobre o sistema financeiro angolano e sua estrutura de supervisão; no quarto capítulo é apresentada a metodologia utilizada para coleta de dados, e o quinto capítulo, trata-se da apresentação e discussão dos resultados e as conclusões.

Capítulo 2-Revisão da Bibliografia

2.1-Evolução do Risco Operacional

Ao fazer uma retrospectiva histórica, é possível observar que os riscos financeiros sempre tiveram maior relevância como risco de crédito, risco de mercado, risco de liquidez, etc, quer na gestão, quer na identificação do que os riscos operacionais representam. No entanto, há relatos de que o risco operacional foi responsável em grande parte dos desastres ocorridos, principalmente nas instituições financeiras. Estes desastres ocorreram mais na década de 90, tais como: Bankers Trust-1994, Credit Lyonnais-1994, Barings-1995, Daiwa Bank-1995 entre outros, o que levou os órgãos reguladores a

concluir que a gestão da indústria financeira não era suficiente apenas com os riscos acima referenciados, mas sim, havia uma necessidade de manter o controlo de risco operacional.

Segundo Cruz (2003) no passado os bancos deram mais atenção nas áreas de negócios e vendas, desprezando a área operacional e de controlo de transacções.

Alguns exemplos de grandes perdas financeiras provocadas por eventos de risco operacional, conforme o quadro nº1.

Quadro nº1 Perdas financeiras por Risco Operacional

Instituição	Atividade	Ano	Perdas em US\$ milhões.
Daiwa Bank, N. Y	Operações não autorizadas.	1984 - 1995	1.100
Crédit Lyonnais	Mau controlo de empréstimos	1980 - 1990	29.000
USBank, corporations, Retailers	Fraude de cheques	1993	12.000
Barings	Controlo inadequado de futuros	1995	1.400
Orange County	Negociação de títulos, falta de supervisão	1994	1.700
Deutsch Bank	Investimentos não autorizados no exterior	1995 - 1996	1.600

Fonte: Marshall (2001) e King (2001), adaptação L. Nelson G. Carvalho et al (2004).

Segundo Cordeiro (2009) é operacional o risco da perda direta ou indireta resultante de inadequações ou falhas de processos internos, pessoas, sistemas ou eventos externos.

Jorion (2003) descreve risco operacional como aquele oriundo de erros humanos, tecnológicos ou de acidentes.

De acordo com Fortuna (2005) risco operacional é a probabilidade de perda originada por falhas na estrutura organizacional da instituição financeira, seja ao nível de sistemas, procedimentos, recursos humanos e tecnológico, ou, então, pela perda de valores éticos e corporativos que unem os diferentes elementos dessa estrutura.

Duarte júnior (1996) divide o risco operacional em risco organizacional, risco de operações e risco de pessoal. Para ele, o primeiro refere-se à ineficiência da organização, responsabilidades mal definidas, fraudes, fluxo de informações deficientes; o segundo diz respeito às falhas de sistemas computadorizados; enquanto o terceiro está ligado a problemas com empregados não qualificados, desmotivados ou desonestos.

Souza (2007) entende que risco operacional é decorrente de fraudes, erros de sistema de informação, extrapolação de autoridade dos colaboradores, desempenho insatisfatório, entre outros.

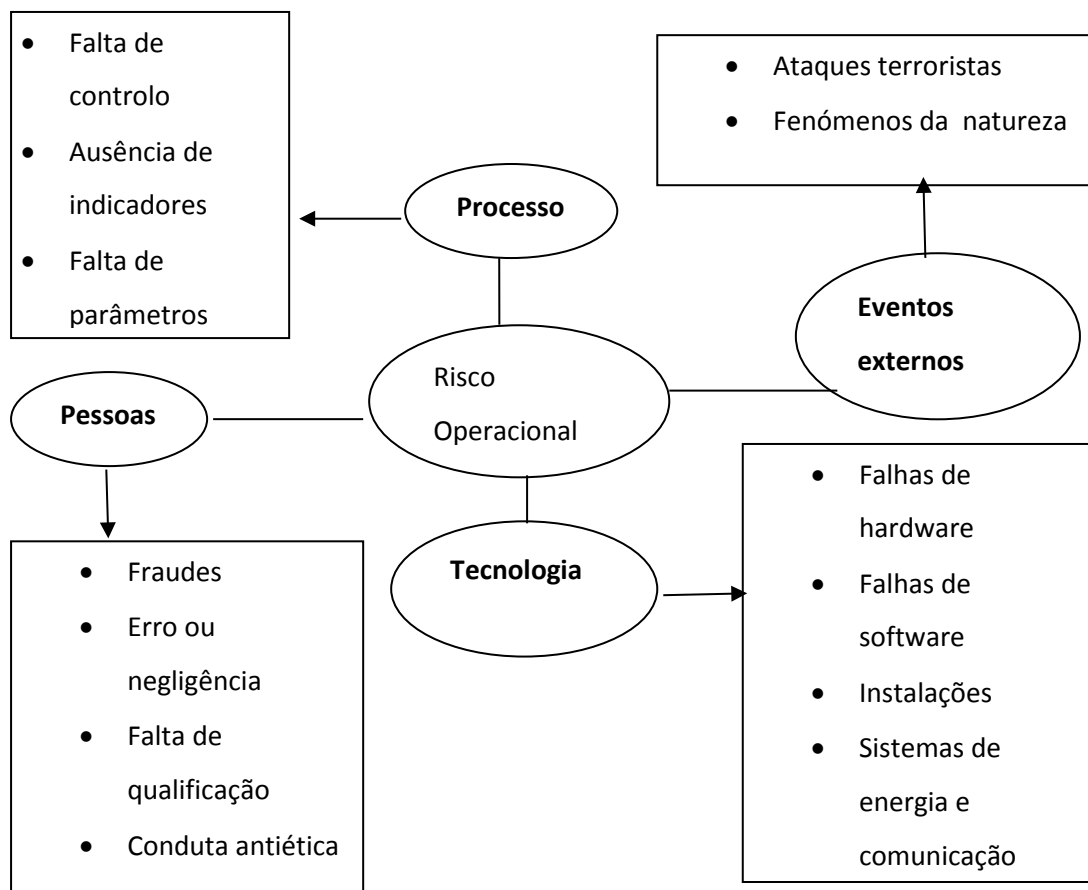
Para Hoffman (1998) riscos operacionais transcendem todas as linhas de negócio, sendo mais amplos do que os riscos usualmente cobertos por seguros e do que as falhas de controlo.

Segundo King e Culp (2001) risco operacional é uma medida do relacionamento existente entre as atividades de um negócio de uma empresa e a variação de seus resultados. Trata-se de um risco de eventos externos, deficiências de controlo interno e sistemas de informação e falha de pessoas resultam em perdas. Citam-se, a título exemplificativa contratação de pessoas com qualificações inadequadas para o cumprimento de tarefas; fraude ou atividades irresponsáveis, por parte dos funcionários; utilização de sistemas de informação sem dispositivos de segurança; insuficiência de dados para avaliação e qualificação de clientes, entre outras atividades semelhantes.

Relativamente ao Acordo de Basileia II (BIS 2005), é operacional o risco de perda resultante das inadequações ou falhas de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos.

Esta definição indica todos os fatores que podem originar o risco em referência, conforme a figura nº1.

Figura nº1-fatores determinantes de risco operacional. ¹



Fonte:BIS(2005), adaptado por Sicomar B. A. Soares (2010).

2.2-Gestão do Risco Operacional

Conforme o Comitê de Supervisão Bancária da Basileia (Framework for Internal Control Systems in banking organizations), dentro de um sistema bancário, as modalidades mais relevantes de risco operacional envolvem o colapso de controlo interno. Pois, causa perdas financeiras por meio de erros, fraudes ou deficiência nas atividades.

Pedotte (2002) afirma que a gestão de risco operacional está diretamente ligada à forma como as instituições financeiras se organizam. A

¹ BIS (2005) apud Sicomar Benigno de Araújo Soares (2010) A influência da resolução nº3.380 do Banco Central do Brasil na gestão do Risco Operacional de uma instituição financeira.

sua estrutura e a cultura da empresa, em conjunto com a infraestrutura tecnológica e o capital intelectual são elementos essenciais no processo de gestão dos riscos operacionais.

As políticas de controlo de riscos devem ser executadas para reduzir o nível de risco operacional que a instituição suporta. Para tal, a administração sénior deve delegar responsabilidade para análise do perfil de risco àqueles com maior capacidade de ação, permitindo uma implementação de metodologias para monitorar oportunamente os riscos incorridos ².

Um sistema de controlo interno requer que os riscos materiais, que poderiam afetar adversamente a realização dos objetivos do banco, estejam reconhecidos e avaliados. Essa avaliação deve cobrir todos os tipos de riscos enfrentados pelo banco. O controlo interno pode necessitar de revisão permanente para incorporar apropriadamente algum risco novo ou controlado previamente.

Para a efetiva gestão e controlo do risco operacional, é preciso que sejam estruturados os eventos que se deseja controlar em cada banco. Neste caso, a estrutura da gestão de risco operacional deve corrigir na identificação, avaliação, monitoramento, controlo ou mitigação, documentação e armazenamento das informações referentes às perdas associadas ao risco operacional, elaboração com periodicidade mínima anual de relatórios que permitam a identificação e correção atempada das deficiências de controlo, realizando testes de avaliação de sistema de controlo interno, elaboração de políticas de atuação e delegar responsabilidades, existência de plano de contingência e por fim, a implantação e divulgação de processo estruturado de comunicação e informação.

Um sistema de controlo interno eficaz é um componente essencial para a gestão de um banco e base para operações bancárias saudáveis e seguras. Um forte sistema de controlo interno pode garantir o alcance dos objetivos e propósitos de uma instituição bancária a aderência do banco às leis e normas,

² Crouhy (2004) et alli apud Francisco Carlos et alli . Uma visão atual do processo de controle e, gerenciamento de riscos operacionais nos 10 maiores bancos brasileiros.

assim como as políticas, regulamentos e procedimentos internos, e diminuir o risco de perdas inesperadas. O comprometimento da administração, quanto ao papel fundamental que ela exerce no processo de gestão de riscos, é essencial para o desenvolvimento de políticas de monitoramento de riscos.

Apesar das várias propostas de gestão de riscos, a mais adotada e descrita pelo Comité de Basileia é a que envolve apenas a identificação, avaliação, monitoramento e controlo ou mitigação do risco, conforme o Bank for International Settlements (BIS,2003).

Nos dias de hoje, constata-se um interesse crescente na gestão de riscos, visando o seguinte:³

- Criação de sistemas de controlo interno do risco de cada setor da instituição;
- Consolidação entre práticas de auditoria interna e de gestão de riscos;
- Estabelecimento de sofisticados fluxos de informação e relato entre os órgãos de gestão e as unidades operacionais;
- Incremento da cultura empresarial de consciência dos riscos;
- Orientação dos departamentos de gestão do risco para funções de consultoria em práticas internas e incremento da respetiva apresentação junto dos órgãos de gestão.

Segundo Kingsley, Rolland, Tinney & Holmes (1998) uma unidade de gestão de risco operacional deve ter independência, autoridade e as competências necessárias para desempenhar suas tarefas, e não se confinar em cada área de negócio. Pelo contrário, deve ser um estímulo para o desenvolvimento de modelos, procedimentos de quantificação de riscos.

Rachlin (1998) estabelece três requisitos para que uma unidade possa ajudar o aperfeiçoamento da gestão do risco operacional e o fortalecimento do ambiente de controlo da instituição: 1) competências, 2) autoridade

³ Beja, Rui M.M. de Oliveira (2004). Risk management-gestão, relato e auditoria dos riscos de negócio. Outubro.Áreas Editora, SA.

concedida pela administração, e 3) aceitação e reconhecimento, de que cada área de gestão de risco operacional é de extrema importância.

Segundo a pesquisa da RMA (2000), os principais instrumentos utilizados nas instituições financeiras para identificação do risco operacional são:

- a) Mapeamento de Risco: cada área da instituição é responsável por associar as atividades imbuídas em suas respectivas atividades, controlo e riscos.
- b) Auto avaliação de risco: avaliar o funcionamento do controlo e sua eficiência.
- c) Indicadores de risco: informações estatísticas sobre os níveis de riscos.
- d) Níveis de tolerância: indicadores informam quando os níveis de tolerância forem ultrapassados.
- e) Balanced Scorecards: combinação de medidas qualitativas e quantitativas a cada área específica.

2.3.-Cultura de Controlo

Muitas falhas de controlo interno que resultaram em perdas significativas para os bancos poderiam substancialmente ter sido diminuídas se a administração e os gerentes estabelecessem e cultivassem uma cultura de controlo. De acordo com o Comité de Supervisão Bancária da Basileia, a cultura fraca do controlo tiveram frequentemente duas características comuns:

Primeira, o gerente não enfatizava, através de suas atitudes a palavras, a importância de um sistema eficaz de controlo interno, e o mais importante, isso se refletia nos critérios usados para determinar as remunerações e promoções dos empregados. Em segundo lugar, o nível de gerência não se assegurava de que a estrutura organizacional e as responsabilidades administrativas fossem bem definidas.

A administração e o gerente podem enfraquecer a cultura de controlo interno dos bancos promovendo e recompensando os empregados que são sucedidos nos negócios, mas que não se preocupam com a implementação

das políticas de controlo ou não acompanham os problemas identificados pela auditoria interna.

Conforme observado pelo Comité de Supervisão Bancária da Basileia, alguns bancos com problemas de controlo tinham estruturas organizacionais sem que as responsabilidades fossem definidas claramente. Em consequência, determinadas áreas de negócios dos bancos não eram diretamente ligadas hierarquicamente a um responsável. Assim, nenhum gerente monitorava o desempenho dessas áreas de forma a perceber atividades incomuns, financeiras ou não, e nenhum superior tinha uma compreensão clara das operações e de que maneira gerava lucros.

2.4-Avaliação de Exposição e Revisão de Controlo

As instituições financeiras devem ter políticas e procedimentos para controlar e minimizar a exposição aos riscos operacionais relevantes, de igual modo, revisar periodicamente sua exposição, revendo o sistema de controlo e ajustando-o com as suas estratégias.

A administração, através do seu conhecimento de negócios e de ambiente interno, deve ser capaz de determinar qual o nível aceitável de tolerância ao risco. O principal desafio é fazer com que a estratégia e a perspectiva de risco sejam comunicadas e entendidas por todos na totalidade dos níveis da organização, refletindo esta atitude no processo de tomada de decisões.

Para alcançar um entendimento completo é necessário avaliar o seguinte:

- Averiguar se todos os riscos foram considerados;
- Se os limites operacionais e estratégicos são adequados e refletem a atitude corrente da gestão de riscos;
- Se as alterações nos negócios estão refletidas nas avaliações de riscos;
- Se os gestores de negócios adequam sua postura em função dos limites impostos pela gestão de riscos;

- Verificar se a gestão de risco é divulgada consistentemente por toda a instituição.

Essas políticas e procedimentos devem ser fundamentados numa forte cultura de controlo que promova a gestão do risco operacional. Sem se esquecer que gerir riscos significa tomar ações deliberadas para mudar as probabilidades em favor próprio⁴.

2.5-Acordo de Basileia II

Com o objetivo de fomentar a cooperação monetária e financeira internacional, serve como o banco dos bancos centrais foi estabelecido pelos governadores dos bancos centrais de G-10 (Bélgica, Suíça, Suécia, Alemanha, Holanda, Inglaterra, Itália, França, Japão, Canadá e Estados Unidos) em finais de 1974.

Quadro nº2-Evolução do Acordo de Basileia.

Ano	Documento
1988	Publicação do Acordo de Basileia
1992	Implementação do acordo de Basileia
1997	Publicação de princípios essenciais de Basileia
1999	Primeiro documento consultivo do Acordo de Basileia
2001	Segundo documento consultivo
2004	Publicação do Novo Acordo de Capital da Basileia
2007	Implementação do Novo Acordo

Fonte: BIS(2001),adaptação,Pereira(2004).

Os objetivos do novo acordo são:⁵

⁴ Borge, Dan, 2001. The book of Risk, John Wiley & Sons, New York

⁵ CROUHY,Michel et alli.(2004) Gerenciamento de Risco: abordagem conceitual e prática. Tradução: Carlos Henrique Trieschmann e Luiz Frazão Filho. Rio Janeiro: Qualitymark.

- Promover a segurança e solidez no sistema financeiro através da exigência do nível de capital;
- Melhorar a igualdade competitiva, em que as novas regras não devem oferecer incentivos para que reguladores, em alguns países, façam suas regras mais atraentes a bancos para atrair investimentos no setor em seus países;
- Construir uma abordagem mais abrangente a riscos para eliminar as críticas ao acordo de 1988 e para cobrir mais tipos de riscos, como os riscos de taxa de juros na carteira de atividades bancárias e o risco operacional;
- Focalizar em bancos internacionalmente ativos, apesar de que os princípios que governam a abordagem devam ser adequados para aplicação em bancos de diversos níveis de complexidade e sofisticação;
- Exigências de dimensionamento mínimo de capital;
- Assegurar que os bancos sigam processos rigorosos, meçam corretamente tais exposições a riscos e tenham capital suficiente para cobri-los. Isto se dará através de um processo de revisão pela supervisão;
- Disciplinar o mercado como alavanca para fortalecer a segurança e solidez do sistema bancário.

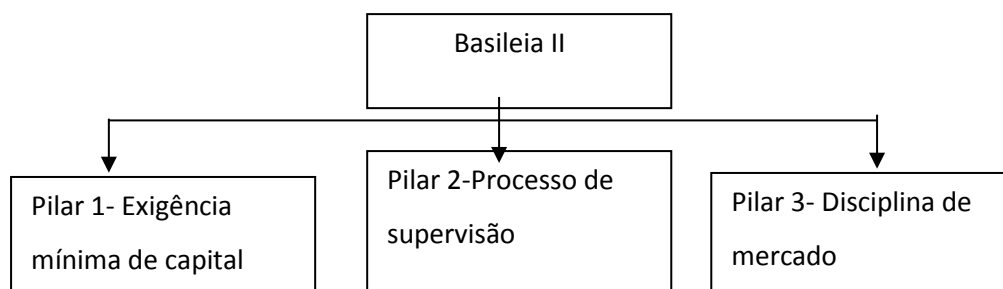
Os métodos mais sofisticados para lidar com o crédito ou com o risco operacional permitem aos bancos, cada vez mais, confiar nas suas próprias avaliações de risco, para determinarem o nível de capital que precisam de ter. Isto coloca a responsabilidade de avaliar e responder aos riscos no local mais apropriado, nomeadamente nos próprios diretores e gestores do banco. Eles estão na melhor posição de conhecer os seus clientes e os seus riscos, e é, consequentemente, mais apropriado e criticamente importante que compreendam a sua responsabilidade para administrar os ativos do banco e as suas atividades de uma forma responsável.⁶

⁶ Overview of The New Basel Capital Accord, Third Consultative Paper, April 2003.

2.5.1-Três Pilares

No Novo Acordo, pela primeira vez, surge a preocupação quanto a mensuração do risco operacional, assim como a sofisticação da metodologia para a mensuração do risco de crédito. Ao passo que, os métodos para medir o risco de mercado e o requisito mínimo de 8% do capital para os ativos ponderados permanecem constantes. Conforme a figura nº2, observa-se como estão estruturados os referidos pilares.

Figura nº 2- Os três Pilares de Basileia II⁷



Fonte: BIS (2004), adaptação própria.

O primeiro pilar trata de requisitos de capital mínimo, além de novos métodos de avaliação para a mensuração de risco de crédito, a introdução de risco operacional no cálculo, medido separadamente dos demais. O segundo pilar refer-se à revisão no processo de supervisão, e o terceiro realça a disciplina de mercado.

2.5.1.1-Pilar 1-Exigências de Capital Mínimo

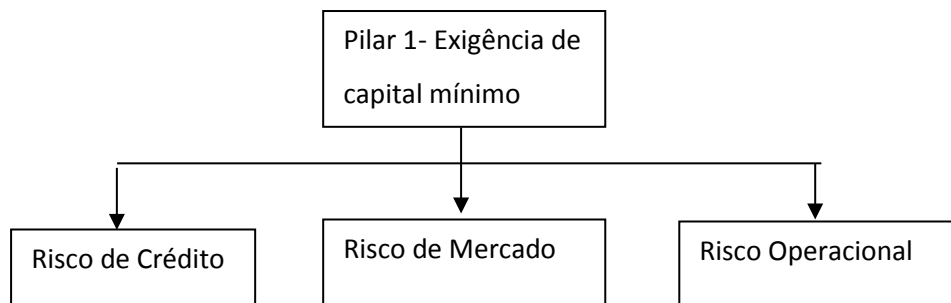
O primeiro pilar centra-se no cálculo dos requisitos mínimos de capital. O mesmo apresenta abordagens para três diferentes tipos de riscos que são: risco de crédito, risco de mercado e risco operacional.

$$\text{Índice de Capital} = \frac{\text{capital}}{\text{Riscodecrédito} + \text{Riscodedemercado} + \text{Riscooperacional}} * 100$$

O numerador engloba o montante de capital disponível para o banco, que é o capital regulamentar e o denominador é uma medida dos riscos que o banco enfrenta. Todavia, o capital resultante não pode ser inferior a 8% (BIS,2003).

⁷ Os três pilares de Acordo de Basileia II

Figura 3-Pilar 1. Exigência de Capital Mínimo



Fonte: BIS (2004) adaptação própria.

2.5.1.1.1-Risco de Crédito

O Acordo de Basileia II apresenta como forma de mensuração do risco de crédito o método padronizado (Standardised Approach), o método de ratings internos avançado (Advanced Internal Rating Based Approach-IRB) e, além disso, duas novas alternativas para a mensuração de risco de crédito baseadas em classificações internas de risco (Foundation Internal Ratings Based Approach-IRB), ou seja, base de quantificação interna. E, quanto ao método padronizado, o banco faz o uso da agência de rating na classificação dos riscos.

Uma das inovações do método de internal ratings é o uso dos seus próprios sistemas de avaliação de risco de crédito. Já na metodologia IRB Foundation, os bancos estimam a probabilidade de perda relativa à cada tomador de crédito e as entidades fiscalizadores oferecem outros pesos. No entanto, o uso da abordagem IRB deve-se a aprovação do órgão supervisor , em conformidade ao estabelecido pelo Comité.

2.5.1.1.2-Risco de Mercado

O risco de mercado é definido como o risco de perdas no balanço, derivadas dos movimentos dos preços do mercado. Na abordagem padronizada (Standardised Approach), o cálculo dos ativos ponderados pelo

risco considera a taxa de juro, opções, entre outros. Os cálculos são efetuados com um ponderador definido pela entidade de supervisão nacional.

Na abordagem dos modelos internos (Internal Models Approach), o cálculo é baseado na estimação diária do Value-at-Risk (VaR), para isso é necessário determinar diariamente os seguintes fatores de risco: risco de spread de taxa de juro, volatilidades cambiais, entre outros.

2.5.1.1.3-Risco Operacional

Este risco cobre dois aspetos fundamentais: a integridade da instituição e a capacidade de prestação de serviços (BIS 2004). O Basileia contempla três metodologias para o cálculo dos requisitos de capital relativo ao risco operacional:

- 1- Indicador Básico (Basic Indicator Approach-BIA): esse indicador relaciona um percentual de capital para cobrir o risco operacional com um único indicador no banco, que seja mais sensível para medir o total de exposição do banco ao risco, ou seja, o indicador básico é calculado pela multiplicação de receita bruta pelo ponderador definido pela entidade da Supervisão.
- 2- Abordagem Padronizada (Standardised Approach-SA), o banco poderá dividir as atividades em áreas padrão. O percentual do capital total que deverá ser alocado para cobrir o risco operacional do banco será calculado através da soma dos indicadores básicos de cada seguimento, ou seja, o capital necessário é obtido multiplicando a receita bruta pelo ponderador definido pela entidade de supervisão.
- 3- Abordagem Avançada (Advanced Measurement approach-AMA): é o critério que permite que os bancos utilizem um maior rigor em relação aos padrões de supervisão, dando mais importância aos cálculos internos para a determinação do capital proposto. A medida do risco é obtida a partir de sistemas internos de medição do risco operacional.

2.5.1.2-Pilar 2-Processo de supervisão

A supervisão bancária visa assegurar a saúde e segurança do sistema financeiro, buscando o equilíbrio entre os interesses dos participantes do mercado. Esta supervisão, em sentido amplo, compreende: autorização para funcionamento, regulamentação prudencial, avaliação dos riscos assumidos e da administração da instituição.⁸

A necessidade de supervisão bancária, segundo Basileia II, enfatiza a importância de os administradores dos bancos desenvolverem uma eficiente gestão de risco e um processo interno de mensuração de capital , de acordo com o perfil de risco e controlo da instituição. Esses processos internos serão submetidos à aprovação da supervisão, podendo haver interferência, quando necessário. Nesse pilar, também será tratado o exame de risco de taxas de juros nos registos bancários. As autoridades de fiscalização irão examinar os sistemas internos de mensuração de risco e controlar se as instituições financeiras estão a manter o capital correspondente ao nível do risco.

Para tornar subtil o processo de supervisão e fiscalização bancária, o Comité estabelece quatro princípios-chave, que deverão ser observados em consonância com os demais divulgados pelo comité ⁹.

- Princípio 1: determina a necessidade das instituições financeiras desenvolverem um processo de avaliação da adequação de capital global em relação ao seu perfil de risco, buscando estratégias que visem a manutenção dos níveis de capital em patamares aceitáveis.
- Princípio 2: estabelece a necessidade dos órgãos fiscalizadores avaliarem a adequação de capital das instituições e suas estratégias para a manutenção de níveis adequados de capital, tomando as medidas apropriadas, caso não se satisfaçam com os resultados obtidos.

⁸ Xavier, P.H.M.Transparência das Demonstrações Contábeis dos Bancos no Brasil.

⁹ Core Principles for Effective Banking Supervision and Core Principles Methodology BIS,(2004)
(tradução do autor)

- Princípio 3: as autoridades de supervisão bancária devem desenvolver formas de exigir ou encorajar os bancos a manterem níveis de capital acima do mínimo requerido, se esses não o fizerem de forma voluntária.
- Princípio 4: prevê a intervenção das autoridades de supervisão bancária em estágios iniciais, oferecendo-lhe suporte e evitando a manutenção de capital abaixo do mínimo requerido. Segundo esse princípio, as autoridades devem, ainda, exigir que sejam tomadas ações corretivas, caso os níveis de capital não sejam mantidos.

2.5.1.3-Disciplina do Mercado

A evidenciação visa apresentar as informações quantitativas e qualitativas que sejam essenciais para o entendimento por parte dos usuários das informações contábeis. Segundo Uema (2000) o nível de evidenciação nos diversos mercados é afetado, principalmente, por dois fatores: exigências legais e exigências de mercado. As primeiras referem-se às exigências de divulgação requerida pelos órgãos regulamentadores por meio dos dispositivos legais. O segundo fator determinante para o nível de evidenciação das instituições é a exigência do mercado, ou seja, as exigências dos participantes do mercado.

A proposta do Comité da Basileia consiste em utilizar os dispositivos legais como forma de garantir que as instituições divulguem informações de metodologias utilizadas para fazerem frente a eventuais perdas decorrentes desses riscos, incentivando-as à disciplina do mercado. A divulgação dessas informações dará subsídios aos participantes do mercado para analisarem a real situação das instituições e exigirem que utilizem metodologias apuradas de cálculo de riscos e políticas de gestão eficiente dos mesmos.

As instituições que não cumprirem com as exigências de divulgação previstas pelo terceiro pilar estão sujeitas a sanções que visam a cobrança

de multas, atendendo a importância da informação omitida, podendo o órgão supervisor proibir a utilização de determinadas metodologias.

As exigências de informação a serem divulgadas podem construir uma das maiores barreiras a serem enfrentadas pelas instituições financeiras no intuito de se adequarem ao novo acordo. A adaptação de sistemas e processos para que esses capturem as informações com um padrão adequadamente elevado e no nível de detalhamento exigido pelo acordo pode representar um custo elevado para essas instituições. Assim, as exigências de divulgação podem ser resumidas da seguinte forma:

- Estrutura de fundos próprios;
- Requisitos para cobertura de cada risco;
- Políticas e planos de ação para a gestão de riscos.

2.6-Estrutura do Controlo Interno

Conforme publicado pelo Comité de Supervisão Bancária da Basileia (1998), a implantação de um sistema eficaz de controlo interno depende da compreensão da sua estrutura, dos seus objetivos e seus princípios.

2.6.1-Objetivos de Controlo Interno

O controlo interno é um processo exercido pela administração e por todos os demais níveis hierárquicos. Não é unicamente um procedimento ou uma política que seja executada em algum ponto no tempo, ao contrário deve estar operado continuamente em todos os níveis da instituição. A administração e o gerente são responsáveis pelo estabelecimento de uma cultura apropriada para garantir um processo eficaz de controlo interno, para monitorar sua eficácia. Portanto, cada um deve participar do processo.

Os objetivos principais do processo de controlo interno podem ser categorizados da seguinte forma:

- a) Eficiência e eficácia das operações;
- b) Confiabilidade e integridade da informação financeira e as políticas de gestão;

c) Aderência com leis e regulamentos.

Os objetivos operacionais para o controlo interno dizem respeito à eficácia e à eficiência da instituição em utilizar recursos próprios e de terceiros para proteger a instituição de perdas. O processo de controlo interno procura assegurar-se de que todos os integrantes estejam a trabalhar para atingir seus objetivos de uma maneira direta, sem custo adicional ou excessivo, ou que não esteja a colocar os interesses pessoais em detrimento daqueles do banco.

Os objetivos da informação dirigem-se à preparação dos relatórios oportunos e confiáveis para tomada de decisão. A informação recebida da gerência, pelos acionistas e supervisores deve ter qualidade suficiente e a integridade para que os receptores possam confiar na informação e tomar decisões.

Os objetivos do compliance asseguram de que toda a atividade de operação bancária esteja conduzido de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis, exigências da supervisão bancária, e políticas e procedimentos internos. Este objetivo visa proteger a concessão do banco e sua reputação.

2.6.2-Princípios de Controlo Interno

O Comité de Supervisão Bancária da Basileia (1998), estabelece 13 (treze) princípios de controlo interno, que as autoridades de supervisão devem usar para avaliar os métodos e procedimentos para monitorar a forma como os bancos estruturam o sistema de controlo interno. Os princípios não são dirigidos a uma área específica de uma instituição bancária e suas aplicações dependem da natureza, complexidade e riscos das operações de um banco (em anexo).

Capítulo 3-Sistema Financeiro Angolano

O sistema financeiro angolano existe desde 1865, quando surgiu o primeiro estabelecimento bancário que começou a fazer financiamento em Agosto de 1865. Era, no entanto, apenas uma sucursal do Banco Nacional Ultramarino. No dia 14 de Agosto de 1926, criou-se o Banco de Angola com

sede em Lisboa. Em 1957, este banco deteve o exclusivo comércio bancário em Angola, até ao surgimento do banco comercial de Angola, que era de direito exclusivo angolano.

Todavia, a lei nº67/76 fez com que confiscassem o ativo e passivo do banco de Angola, tendo cessado todas as funções relativas a sua atividade na República Popular de Angola. Deste modo, aos 10 de Novembro de 1976, foi criado o Banco Nacional de Angola (BNA) em todos os seus compromissos internos e externos.

Por essa altura, funcionava, fundamentalmente, quer como banco Central quer como banco comercial, sob tutela e supervisão do Ministério das Finanças. Mais tarde, por meio da lei nº 4/78 de 25 de Fevereiro, a atividade bancária passou a ser exclusivamente exercida pelos bancos do Estado. Na sequência das reformas políticas e económicas, a comissão permanente da Assembleia do povo aprovou a lei nº4/91 a 20 de Abril. No seu preâmbulo dispõe o sistema financeiro que vigorava até à publicação da presente lei, tendo a responsabilidade um único banco que exercia as funções do banco central, comercial e investimentos.

Em consequência da reorganização do sistema financeiro, aprovou-se a lei nº6/97 a 11 de Junho novo quadro jurídico implementado estabelece o seguinte:

- a) A diferença clara entre o mercado monetário, financeiro e cambial, definindo as suas fronteiras mediante a utilização de meios e instrumentos de pagamentos para o efeito;
- b) A instauração, no mercado monetário, de dois níveis de pagamento: o circuito primário entre os bancos comerciais e os agentes económicos no mercado dos bens e serviços; circuito secundário, isto é, circuito interbancário entre as agências do BNA, em regime de transição.

Neste âmbito, o quadro legal, para a materialização de um sistema financeiro de dois níveis, passou a apresentar a seguinte estrutura:

- a) Órgão de supervisão do sistema: Banco Nacional de Angola (BNA);
- b) Instituições bancárias: bancos comerciais e bancos de investimentos e/ou desenvolvimento;
- c) Instituições especiais de crédito: cooperativas e caixas de crédito e instituições de poupanças e de crédito imobiliário;
- d) Instituições bancárias: sociedades de investimentos, sociedade de capital de risco, sociedade de locação financeira, sociedades de factoring.

Convém realçar que este novo quadro jurídico, o Banco Nacional de Angola, passou a ser consagrado como banco emissor e de reserva (banco dos bancos) do Estado, autoridade monetária, coordenador, orientador, e controlador da política monetária e cambial dos respetivos mercados. A instituição acima referenciada tem a função fundamental de assegurar o equilíbrio monetário interno e a solvabilidade exterior da moeda nacional.

Tendo em conta às exigências do mercado, o sistema financeiro angolano registou consecutivas alterações com vista a sua modernização e adequação aos padrões financeiros internacionais. Entretanto, a evolução dos diversos mercados do sistema financeiro de Angola foi instituído o sistema de pagamento de Angola (SPA), com o intuito de supervisionar e regular o sistema de pagamentos interbancários.

3.1-Sistema Bancário Angolano

O sistema bancário é o conjunto das instituições bancárias e operações ocupadas com o fluxo de recursos monetários entre os agentes económicos. É, basicamente, o mercado de emprestadores e tomadores de empréstimos .

O sistema bancário angolano conta, atualmente, com 29 (vinte e nove) instituições bancárias, das quais estão em funcionamento 23 (vinte e três) bancos, de que 6 (seis) ainda não iniciaram as suas atividades. De igual modo, estão autorizadas a funcionar 70 (setenta) casas de câmbio, de que 3 (três) ainda não iniciou a sua atividade. Importa referir que estão em funcionamento

uma sociedade de remessa de valores e oito sociedade de microcrédito, dos quais 5 ainda não iniciou a sua atividade.

Nota-se, claramente, que há uma expansão do sistema bancário em todo o território nacional, a fim de desenvolver o país e, concomitantemente, aumentar postos de trabalho e melhorar a vida da população através de crédito habitação, crédito automóvel, crédito para atividade agrícola, crédito pessoal, crédito para investimento de grandes médias e pequenas empresas.

3.2- Supervisão do Banco Nacional de Angola aos Bancos Públicos e Privados

O BIS fundamenta aos bancos centrais a responsabilidade de supervisão e fiscalização das instituições financeiras locais. Todavia, não basta somente implantar uma estrutura de gestão de risco operacional. Mas, sim deve ser acompanhada de um processo de supervisão regulamentar, contínuo e eficaz.

O desenvolvimento de estruturas organizacionais adequadas e preparadas para gerir riscos tem sido interesse da supervisão bancária nos últimos anos, resultado da preocupação da comunidade financeira internacional de melhorar a solidez dos sistemas financeiros mundiais, uma vez que a fragilidade do sistema bancário de um país pode interferir e ameaçar a estabilidade financeira nacional e internacional.

O Comité de Basileia para supervisão bancária desempenha um papel proeminente em âmbito mundial, influenciando e orientando as normas estabelecidas pelos órgãos supervisores em todo o mundo. Este órgão está integrado no Bank of International Settlements e busca o aperfeiçoamento das políticas bancárias e dos procedimentos de supervisão das instituições financeiras por meio de consulta a autoridades bancárias.

Para dar maior visibilidade à supervisão das instituições financeiras, o BIS estabelece alguns princípios que reforçam esse ponto:

- a) Os supervisores bancários devem requerer que todos os bancos, independentemente de tamanho, tenham uma estrutura adequada para identificar, avaliar, monitorar e controlar/mitigar riscos operacionais materiais como parte de uma abordagem geral de gestão de risco;
- b) Os supervisores devem conduzir, direta ou indiretamente, avaliações regulares, independente de políticas, procedimentos e práticas de um banco relacionadas com o risco operacional. Os supervisores devem garantir que existem mecanismos apropriados que lhes permitem ficar informados de desenvolvimento dos bancos;
- c) Os bancos devem fazer evidenciação pública suficiente para permitir participantes do mercado avaliarem as suas abordagens para a gestão do risco operacional;
- d) Os supervisores devem exigir que todos os bancos, não importa o tamanho, tenham um efetivo sistema de controlo interno que seja consistente com a natureza, a complexidade e o risco das suas atividades registados e não registados nas demonstrações financeiras, o que responde a mudanças nas condições do ambiente externo do banco.

Diante do exposto acima, como tem sido articulada a supervisão do BNA aos bancos públicos e privados?

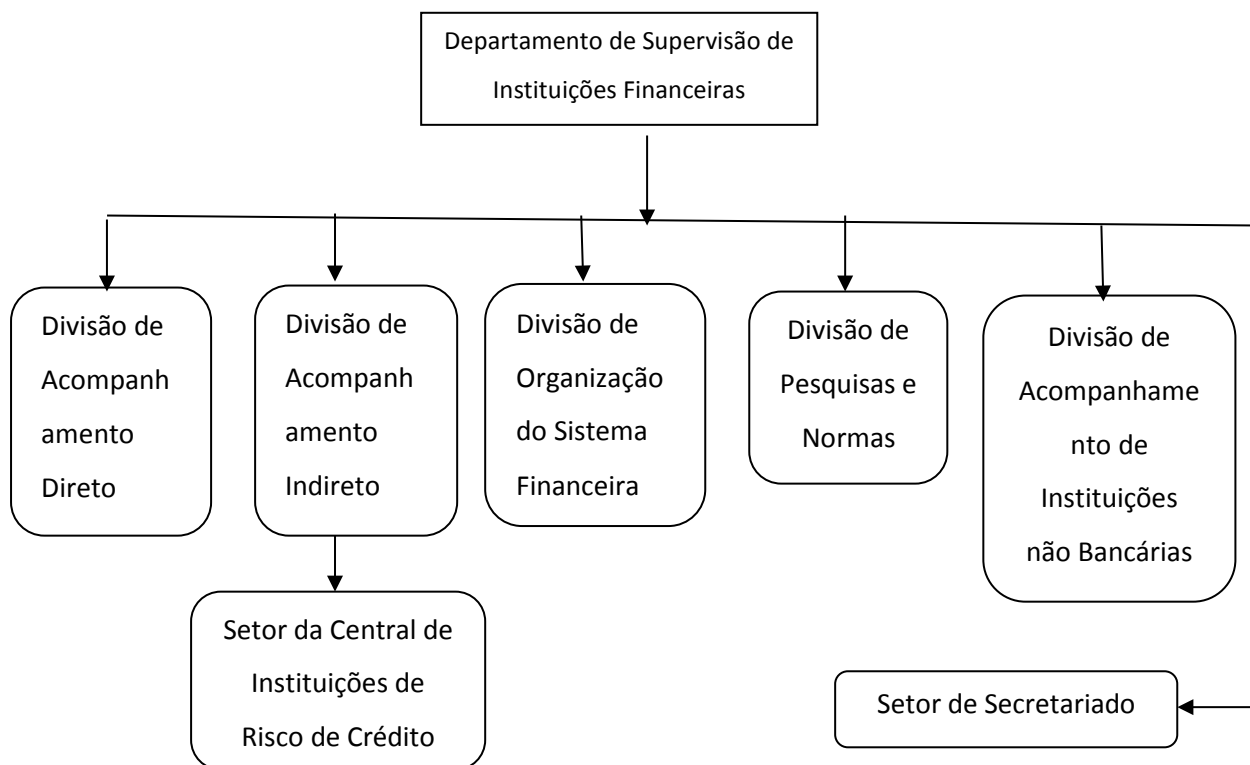
A Direção de Supervisão Bancária (DSB) foi criada na década de 90, adotando em 1993 uma estrutura orgânica composta por três departamentos técnicos :

- a) Acompanhamento Direto (RDA);
- b) Acompanhamento Indireto (RAI);
- c) Consultadoria e Autorizações (ROS).

Ao abrigo do projeto de desenvolvimento organizacional do Banco Nacional de Angola, por meio do despacho nº29/04, de 12 de Agosto, passou a denominar-se departamento de Supervisão de Instituições Financeiras (DSI)

composto em quatro áreas conforme ilustre abaixo o organigrama do DSI resultante do despacho nº34/2011 do Banco Nacional de Angola, assim como a exigência do princípio 20 do Comité de Basileia II sobre a supervisão bancária, que deve ser direto e indireto.

Figura nº4- Organigrama do DSI do BNA



Fonte: BNA, adaptação própria.

3.3 -Supervisão Direta

As atividades de inspeção realizadas pelo BNA através do seu DSI têm por objetivos avaliar as seguintes variáveis:

- As políticas, práticas e os procedimentos relacionados com a concessão de crédito e decisões de investimentos;
- A qualidade dos ativos;
- Os sistemas de gestão de risco e os procedimentos de controlos internos;
- O cumprimento das normas e limites prudenciais;

- e) Os aspetos relacionados com a governação corporativa;
- f) O acompanhamento da implementação das recomendações do Banco Nacional de Angola.

Ao longo das atividades são detetadas todas as situações anómalas e, por fim, é enviada uma carta de recomendações e medidas corretivas às instituições afetadas e cuja sua implementação será objeto de acompanhamento subsequente.

A supervisão direta visa avaliar objetivamente a sua situação económico-financeira, o cumprimento das normas regulamentares e comprovar as informações prestadas ao BNA.

3.4-Supervisão Indireta

Os princípios básicos para uma supervisão efetiva estabelecem que os supervisores bancários devem realizar uma supervisão global consolidada nos grupos financeiros bancários, em particular nos que atuam internacionalmente, monitorando-as adequadamente e estabelecendo normas prudenciais adequadas para todos os seus negócios de alcance internacional (Princípio 24).

Tendo em conta a informação remetida ao DSI, vinca-se a analisar o seguinte:

- a) A estrutura patrimonial das instituições financeiras;
- b) Fundos próprios e a respetiva adequação às exigências de capital para o grau de riscos dos ativos e cambial;
- c) A exposição aos grandes riscos;
- d) A qualidade do crédito e outros ativos e níveis de provisão;
- e) Cumprimento dos rácios e limites prudenciais;
- f) Indicadores de qualidade dos ativos, rentabilidade e liquidez.

A análise dos relatórios e contas anuais e de controlo interno permite, ainda, avaliar, de forma qualitativa, as políticas de gestão e os procedimentos de controlos internos.

A auto avaliação elaborada pelo DSI do BNA relativa ao cumprimento dos 25 (vinte e cinco) princípios do Comité de Basileia do Banco de Compensação internacional (BIS,2004) viu a necessidade de se proceder à revisão e à elaboração de um conjunto de normas prudenciais em vigor para as instituições financeiras sob supervisão do Banco Central, com o objetivo de as adequar aos padrões internacionais.

Capítulo 4 - Metodologia Usada Para a Pesquisa

A fase experimental da dissertação teve como base a escolha do tema e da revisão da literatura, através da consulta de livros, artigos, legislações, publicações oficiais, relatórios, que permitiu definir o problema e o objetivo subjacente a investigação.

A metodologia é do tipo método de inquérito, de acordo com Collins e Ussey (2005), é um pouco mais subjetiva que a pesquisa quantitativa e envolve a reflexão e análise das perceções para obtenção do entendimento de atividades sociais e humanas.

A pesquisa usou-se a técnica do questionário e entrevista para a recolha de dados para a obtenção de resposta à questão de investigação. Este método é mais usado quando se pretende quantificar os dados e estabelecer relações entre eles.

Segundo Han, Albaum, Wiley e Thirkell (2009) e Albaum e Smith (2012), o inquérito foi submetido aos inqueridos de forma , a manifestarem a perceção, compromisso ou envolvimento, reciprocidade, confiança e os custos e benefícios. Além da interação entrevistador (pesquisador) e membro da amostra, a possibilidade de resposta que pode ser influenciado pelo ambiente social, projeto de pesquisa, e as características dos inqueridos. (GROUVES e COUPER, 1998)

Esta entrevista foi realizada com intuito de obter informações sobre a gestão do risco operacional, os critérios usados para a determinação do capital mínimo para cobertura de risco operacional, e averiguarmos se as fases de gestão do mesmo risco, tais como: identificação, avaliação ou mensuração

Para o tratamento dos dados, usou-se a estatística descritiva. Esta técnica visa descrever as características de determinada população ou o estabelecimento de relações entre variáveis.

Segundo Collinse Hussey (2005), a pesquisa descritiva é aquela que descreve o comportamento dos fenómenos e é usada com a finalidade de identificar e obter dados sobre as características de um problema ou questão específica.

Segundo Grouves (1998), Collinse (2005), a pesquisa por questionário, reportar algumas desvantagens, pelo facto de não trabalhar com toda a população, e é difícil saber se os inquiridos respondem o que sentem ou se respondem de acordo com o que são as nossas expetativas. No entanto, tem a vantagem de recolher a informação de um elevado número de respondentes ao mesmo tempo, permite uma rápida recolha da informação a menor custo, e maior sistematização dos resultados obtidos.

A população deste estudo é composta pelas instituições autorizadas a funcionar em Angola, pelo Banco Nacional de Angola. Tendo em conta a dimensão do país enveredamos a nossa pesquisa na província de Cabinda; O estudo sobre gestão de risco operacional foi realizada numa amostra de 4 (quatro) bancos, dos 8 (oito) sedeados na região de acordo à sua disponibilidade em fornecer a informação necessária para a concretização deste trabalho.

4.1-Limitações

É de salientar a indisponibilidade de diversos bancos em fornecer os dados solicitados para a pesquisa, alegando sigilo profissional. Isto faz com que haja pouca vontade em fazer pesquisa sobre a realidade do país, o que

contribuiria sobremaneira o funcionamento de várias instituições, sobretudo no que se refere a transparência da informação.

Capítulo 5-Apresentação dos Resultados

A pesquisa foi realizada junto das instituições bancárias em Angola, especificamente em Cabinda, com uma amostra de quatro bancos, selecionada de forma aleatória, pelo que solicitaram sigilo e passam a ser chamados como bancos A, B, C e D.

O questionário foi respondido pelos funcionários da área estratégica, tática e operacional¹⁰. Também foram feitas algumas entrevistas prévias não estruturadas. O inquérito tem como objetivo: avaliar a perceção sobre o risco operacional, o plano de mitigação e a vulnerabilidade do sistema de controlo interno, em relação ao risco acima referenciado.

Neste caso, para maior objetividade nas respostas, optou-se pela elaboração de um questionário curto com perguntas fechadas e abertas, com o objetivo de examinar a perspetiva dos gestores em relação à gestão do risco operacional. Todavia, todas as perguntas estavam relacionadas, apresentando os campos da identificação, avaliação, monitoramento, controlo ou mitigação do risco operacional, em conformidade com o Acordo de Basileia II, conforme o apêndice A.

Após a coleta de dados, foi feita uma análise comparativa das respostas dadas pelos inquiridos.

Da leitura da tabela constata-se que o maior peso de inquiridos foi no banco B, sendo esta a moda com uma frequência relativa de 32%.

¹⁰ Técnicos de risco, Gerentes e Operadores de caixa.

Tabela nº1- Número de Bancários Inquiridos

Bancos	Frequência a	%
A	7	28%
B	8	32%
C	6	24%
D	4	16%
Total	25	100%

5.1-Ponto de Vista dos Inquiridos

Para que a pesquisa fosse representativa, uma vez baseada numa amostra, foi aplicado o questionário a todos os níveis da organização para clarificar os aspetos e medidas inerentes ao risco operacional no seu local de trabalho, conforme a tabela nº2.

Assim, do total de participantes na pesquisa, apurou-se que 32% atuam ao nível estratégico, 16% ao nível tático e 52% desenvolvem a atividade ao nível operacional.

Tabela nº2-Posição/ área que os inqueridos ocupam na instituição

Posição dos inquiridos	Bancos				Frequência	%
	A	B	C	D		
Estratégica	2	3	2	1	8	32,0
Tática	1	1	1	1	4	16,0
Operacional	4	4	3	2	13	52,0
Total	7	8	6	4	25	100,0

Quando questionados sobre o conhecimento do Acordo de Basileia II, 36% dos 25 inquiridos responderam conhecê-lo e 64% dizem não conhecer este acordo, conforme a tabela nº3. Para tal, urge a necessidade de se produzirem mecanismos para que o acordo de Basileia II seja conhecido pela maioria dos funcionários das agências Bancárias de Angola, no geral, e de Cabinda, em particular, a fim de que se adotem estratégias que visam prever e

diminuir o risco operacional que, em muitos aspetos, tem afetado o funcionamento das instituições bancárias a nível do mundo.

Tabela nº3- Conhecimento do Acordo de Basileia II

Conhecimento do Acordo de Basileia	Bancos				Frequência	%
	A	B	C	D		
Sim	3	3	2	1	9	36,0
Não	4	5	4	3	16	64,0
Total	7	8	6	4	25	100,0

Questionados sobre a Aplicação do Acordo de Basileia II pelo sistema Bancário, 20% manifestaram a necessidade de se implementar esse acordo, 24% não se interessam, e finalmente 56% sem opinião, conforme a tabela nº4.

Tabela nº4- Aplicação/ Implementação do Acordo de Basileia II em Angola

Aplicação do Acordo de Basileia II em Angola	Bancos				Frequência	%
	A	B	C	D		
Sim	1	2	1	1	5	20,0
Não	2	1	2	1	6	24,0
Sem opinião	4	5	3	2	14	56,0
Total	7	8	6	4	25	100,0

Na tentativa de avaliar a perceção dos funcionários a respeito do risco operacional, viu-se que o conceito deve ser trabalhado de modo que seja nivelado ao conceito considerado pelo comité.

Questionados sobre a execução de ações voltadas para reduzir ou mitigar o risco operacional, 32% mencionaram que as ações existem, e 68% afirmaram que a instituição não desenvolve atividades para a redução do risco, conforme:

Tabela nº6-Existência de um plano de ação para mitigar o risco operacional

Plano de ação	Bancos				Frequência	%
	A	B	C	D		
Sim	3	2	3	1	9	32,0
Não	4	6	3	3	16	68,0
Total	7	8	6	4	25	100,0

Tal como prevíamos, desde o início, o desconhecimento do acordo de Basileia pela maior parte das instituições bancárias, a sua não implementação posterior leva com que muitas instituições bancárias não elaborem um plano estratégico para a redução do risco operacional. Isto afeta o seu funcionamento em todos os aspetos.

A gestão do risco operacional, na nossa visão, compreende: identificação, avaliação, monitoramento/controlo e mitigação.

Relativamente à existência de um técnico para a gestão do risco operacional, obtivemos os seguintes dados: Dos 25 inquiridos, 4% afirma que existe, entretanto, a maioria, 96%, afirma que não existe um técnico especializado para a gestão do risco operacional na sua instituição bancária, conforme a tabela nº7.

Tabela nº7-Existência de um técnico para gestão do risco operacional

Técnico para o risco operacional	Bancos				Frequência	%
	A	B	C	D		
Sim	0 ¹¹	0	0	1	1	4,0
Não	7	8	6	3	24	96,0
Total	7	8	6	4	25	100,0

¹¹ 0 significa que não existe um técnico de risco operacional

A existência de um técnico para o efeito ajudaria bastante a instituição na previsão, controlo e gestão do risco operacional, pelo que urge a necessidade de se implementarem ações de formação que permite terem especialistas que os ajude na gestão do risco operacional, contribuindo para o sucesso da instituição.

8-Quais são os métodos usados na determinação do capital mínimo para a cobertura do risco operacional?

Todos os inqueridos afirmam não terem conhecimento da existência de um método para a determinação de capital mínimo para a cobertura do risco operacional.

9-Em sua opinião, como avalia o sistema de controlo interno para o risco operacional na sua instituição?

Das quatro instituições bancárias questionadas sobre a avaliação do sistema de controlo interno para o risco operacional, dos 25 funcionários inquiridos, 8% afirma que é mau, 68% diz ser médio e 24% diz ser bom, conforme a tabela nº9.

Tabela nº9- Avaliação do sistema de controlo.

Avaliação do sistema de controlo	Bancos				Frequência	%
	A	B	C	D		
Mau	0	0	1	1	2	8,0
Médio	4	6	4	3	17	68,0
Bom	3	2	1	0	6	24,0
Total	7	8	6	4	25	100,0

Questionados sobre a supervisão do BNA às instituições bancárias, relativamente a gestão do risco operacional, 32% afirmou que essa supervisão tem ajudado, ao passo que 20% afirmou que não, e 48% sem qualquer opinião.

Tabela nº10- Supervisão do Banco Nacional de Angola

Supervisão do BNA	Bancos				Frequência	%
	A	B	C	D		
Sim	2	3	2	1	8	32,0
Não	1	2	1	1	5	20,0
Sem Opinião	4	3	3	2	12	48,0
Total	7	8	6	4	25	100,0

Estes resultados reforçam a ideia de que muito se deve fazer para que as instituições bancárias angolanas percebam e implementem estratégias de gestão e controlo do risco operacional, contribuindo para o bom funcionamento da instituição.

Conclusões

Tendo sido realizada a pesquisa sobre a gestão do risco operacional (O Acordo de Basileia II e o Sistema bancário Angolano: A perspectiva dos gestores sobre a gestão de risco operacional) e do questionário dirigido aos funcionários das instituições inqueridas, concluiu-se que:

O sistema financeiro angolano existe desde 1865, e conta com 29 (vinte e nove) instituições bancárias, das quais estão em funcionamento 23 (vinte e três) bancos, sendo que 6 (seis) ainda não iniciaram as suas atividades. Direccionou-se a pesquisa à província de Cabinda, tendo-se trabalhado com 4 (quatro) bancos.

O Banco Nacional de Angola tem a função fundamental de assegurar o equilíbrio monetário interno e a solvabilidade exterior da moeda nacional.

Também se notou ao longo da pesquisa que o Acordo de Basileia II não é aplicado no sistema bancário angolano, conforme sugere o BIS, pois, de contrário, todos os funcionários teriam o conhecimento do mesmo e da sua aplicabilidade.

É contraditória uma instituição ser supervisionada através de um instrumento que não seja do seu domínio. Se se querer trabalhar seriamente para se diminuir as situações negativas verificadas no controlo interno, é preciso realizar-se a supervisão, conforme os princípios de acordo de Basileia, averiguando as informações dos auditores internos e externos.

O Banco Nacional de Angola, por meio do despacho nº29/04, de 12 de Agosto, passou a exercer a Supervisão das Instituições Financeiras (DSI) como exigência do princípio 20 do Comité de Basileia II sobre a supervisão bancária, que deve ser direta e indireta.

Verificou-se a baixa perceção dos funcionários sobre o Acordo de Basileia II e a estrutura do controlo interno em relação à gestão do risco operacional.

Também afirmam não conhecerem o Acordo de Basileia II, nem perceberem da sua aplicação pelo sistema bancário angolano, o que para nós, se fosse implementado, daria mais ganhos ao funcionamento dos sistemas bancários do país (Angola).

De igual modo, afirmam a inexistência de um técnico para a gestão do risco operacional, o que, para nós, ajudaria a instituição bancária na previsão, controlo e gestão do risco operacional, contribuindo para o sucesso da instituição bancária.

Sugestões

- É necessário que as instituições criem condições de formação e capacitação dos funcionários em áreas específicas com fim de darem respostas a várias situações que possam ocorrer na instituição ao longo da atividade.
- É preciso que o BNA em conjunto com as demais instituições elabore um documento que adequa o Acordo de Basileia II à especificidade da economia angolana e fazê-lo funcionar com precisão e exatidão.
- Estabelecer políticas de remuneração e promoção.
- Há uma necessidade que as delegações do Banco Nacional de Angola, que se encontram nas demais províncias supervisionam as agências de bancos públicos e privados para que a direção geral tenha uma informação particular e no fim o geral.

Bibliografia

ASSAF, Alexandre Neto.(2006) Finanças Corporativas e Valor. São Paulo Atlas.

AERTS, L. (2001). A Framework for Managing Operational Risk. The Internal Auditor. Vol.58 (N4), pp.53.

BEJA, Rui Manuel Monteiro de Oliveira. (2004) Risk Managment: Gestão Relato e Auditoria dos Riscos do Negócio. Áreas Editora.

BORGE, Dan.(2001) The Book of Risk. New York John Wiley & Sons.

BIS (Bank for International Settlements).(2001) Operational Risk.Basle Committee on Banking Supervision.

BASLE COMMITTEE ON BANKING SUPERVISION. Core Principles for Effective Banking Supervision and Core Principles Methodology BIS, 2004.

BASLE COMMITTEE ON BANKING SUPERVISION. Framework for Internal Control Systems in Banking Organizations.

BIS (Bank for International Settlements). (2003) Consultative Document. The New Basel Capital Accord. Basileia, Suíça.

BIS (Bank for International Settlements). (2004). Basel II: International Convergence of Capital Measurement and Capital Standards: Revised Framework, Basel.

BIS (Bank For International Settlements).(2005). Basel II: International Convergence of Capital Measurement and Capital Standards: A Revised Framework Basel Committee on Banking Supervision.

CARMEN, Reinhart and KENETH, Rogoff. (2009). This Time is Different: Eight Centhuries of Financial Follys.P.

COIMBRA, Fábio. (2007) Riscos Operacionais: estrutura para gestão de bancos. 1ªed.São Paulo.Saint Paulo

CORDEIRO, Rafael.(2009) Risco Operacional em tempos de Crises.

CORDEIRO,F.N.B. (2009). Aplicação de teoria de Cópulas para o Cálculo do value at Risk. F.G.V. São-Paulo.

CROUHY, Michel. (2004) Gerenciamento de Risk: abordagens conceitual e prática. Tradução: Carlos Henrique Trieschann e Luiz Frazão Filho Rio de Janeiro. Quality mark.

CRUZ, G.M. (2003) Modelagem Quantitativa de Risco Operacional. In: Duarte Jr, A. M. & VARGA G. (org). Gestão de Riscos no Brasil. Rio de Janeiro: Financial Consultoria.

CULP, Christopher L.(2002) The risk management process: business strategy and tactics. New York. Wiley.

DUARTE, Junior, A.M.(1996).Simulação monte Carlo para análise de opções no Brasil. Caxambu. Resumos. S.P. ABE. P.150-151.

GARCIA, V. S. (2003) Gerenciamento de Risco em Instituições Financeiras e o Novo Acordo de Capital. In: Duarte, A. M.; Varga, G. Gestão de Riscos no Brasil. Rio de Janeiro: Financial Consultoria.

GONÇALVES, Hélder. (2011) A Gestão do Risco Operacional e as TIC, O Contributo da Auditoria no Sector Financeiro. 1ª ed. Universidade Católica.

GIL, António Carlos.(2002) Como Elaborar Projetos de Pesquisa. 4ª ed. São Paulo Atlas.

FORTUNA, Eduardo.(2005).Mercado financeiro: Produtos e serviços.R.J. Quality mark.

HOFFMAN, D. G. (2002) Managing Operational Risk: 20 Firm wide Best Practice Strategies. New York: John Wiley & Sons.

HOFFMAN, D. G.(1998) New trends in operational risk measurement and management In Operational Risk and Financial Institutions. London. Risk Books.

JORION, Philippe.(2003) Value at Risk: A Nova Referência para o Controle do Risco de Mercado. 2ªed. BM & F.

KING, John L.(2001) Operational Risk: Measurement and Modeling.Chichester: John Wiley & Sons.

KENNETT, R (2001).How to Introduce an Effective Operational Risk Management Framework. In: Advances in Operational Risk: Firm Wide Issues for Financial Institutions. London: Risk Books.

KINGSLEY, S., ROLLAND, A., TINNEY, A., & HOLMES,P.(1998). Operational Risk and Financial Institutions: Getting Started. In: Operational Risk and Financial Institutions, London: Risk Books.

MARCONI, Marina de Andrade e LAKATOS, Eva Maria. (2008) Técnicas de Pesquisa. 6ªed. São Paulo Atlas.

MARSHALL,C. L. (2002) Medindo e Gerenciando Riscos Operacionais em Instituições Financeiras. Rio de Janeiro: Qualitymark.

NETTER, J.M., & POULSEN, A. B (2003) Operational Risk in Financial Service Providers and the proposed Basel Capital Accord: An Overview.

PEREIRA, L. C. (2004) O Risco Operacional em Instituições Financeiras e a Influencia de fatores de Ambiente Externo.

PEDOTTE,C. (2002). Análise do Gerenciamento de Risco: Gestão do Risco Operacional em Instituições Financeiras. Dissertação (Mestrado em Administração). Escola de administração de Empresas de São Paulo, F.G.V.

GOTTHARD, Album e SAM, Smith. (2012). Why People Agree to Participate in surverys in.

GALLO, Galantino e NICOLINI, Daniel(2002).Basileia II e a fragilidade bancaria em paises emergentes. Caso peruano 1997-2000. Lima : Universidad del Pacifico.

R, Grooves e COUPER, M. (1998). Non-response in households interview surverys. New York. Wiley.

RACHLIN,C.(1998). Operational Risk in Retail Banking: Operational Risk and Financial Institutions. London: Risk Books.

RMA. (2000) Risk Management Association. Operational Risk the Next Frontie.
The journal of Lending & Credit Risk Manangement.

CARMEN, Reinhart and KENETH, Rogoff. (2009). This Time is Different: Eight
Centhuries of Financial Folly. Princeton University Press.

SYER, D (2003) Dealing With Basel II: Operational Risk-Encouraging Best
Practice. Balance Sheet, Vol.11(4), pp.24.

SOARES, Sicomar Benigno de Araújo. (2010). A Influência da Resolução
Nº3.380 do Banco Central do Brasil na Gestão do Risco Operacional de uma
Instituição Financeira. Dissertação (Mestrado Profissional em Administração.
Faculdades Pedro Leopoldo.

SOUZA, Andrea da Silva. (2007).. A importancia da implantacao de um sistema
de informacoes gerenciais como ferramente de impulso para a tomada de
decisoos. Blumenau.

V,Han et al. (2009). Applying theory to structure respondents stated motivation
for participating in web survery. Qualitative Market Research.

WWW.bna.ao

Apêndice

Questionário Aplicado para Avaliar a Perspetiva dos Gestores na Gestão do Risco Operacional pelo Sistema Bancário.

Questionário aplicado para avaliação da perceção e gestão do risco operacional numa instituição financeira.

Este questionário foi elaborado pelo Mestrando Afonso M. T. Mabiala e tem como objetivo levantar informações que possam compor a dissertação de mestrado sobre a gestão do risco operacional no sistema bancário angolano. O questionário é composto de questões de múltipla escolha e para garantir sigilo, nenhum dos respondentes precisa se identificar.

1.Quantos funcionários têm a sua instituição?

2.Qual é a sua posição na instituição?

3.Já ouviu falar de Acordo de Basileia II?

a) Sim () b) Não () .

4.Achas que este acordo deve ser aplicado no sistema bancário angolano?

a) Sim () b) Não ().

Porquê?-----

5. O que entendes por risco operacional?

6.Existe algum plano de ação para reduzir ou mitigar risco operacional na sua instituição?

a) () Não b) () Sim

Se sim, qual ? -----

7. Tem funcionário com funções específicas para gestão do risco operacional?

a) () Sim b) () Não

8. Qual é o método que usa para a determinação do capital para o risco operacional? -----

9. Em sua opinião, como avalia o sistema de controlo interno para o risco operacional na sua instituição?

a) Mau () b) Médio () c) Excelente ().

Porquê ? -----

10. A supervisão da atividade bancária por parte do banco Nacional de Angola (BNA) tem ajudado na gestão do risco operacional na sua instituição?

a) Sim () b) Não ().

Porquê? -----

Apêndice B

Para a obtenção destes resultados, assumimos o 0 (zero) como não e sim como 1 (um). O nível de confiança é de 95%.

Conhecimento do Acordo de Basileia II				
Variáveis	n	Mean	Std. Err.	IC : 95%
CAB	25	.36	.098	[.1577801 .5622199]
Aplicação do Acordo de Basileia II em Angola				
Variáveis	n	Mean	Std. Err.	I C : 95%
AABA	11	.4545455	.157	[.1037046 .8053863]
Existência de um plano de acção para mitigar o risco operacional				
Variáveis	n	Mean	Std. Err.	I C : 95%
EPAMRO	25	.360	.098	[.1577801 .5622199]
Existência de um técnico para gestão do risco operacional				
Variáveis	n	Mean	Std. Err.	I C : 95%
ETGRO	25	.360	.098	[.1577801 .5622199]
Supervisão do banco nacional de Angola				
Variáveis	n	Mean	Std. Err.	I C : 95%
SBNA	13	.615	.140	[.3093885 .9213808]

. bitest CAB = 0.95

Variable	N	Observed k	Expected k	Assumed p	Observed p
CAB	25	9	23.75	0.95000	0.36000

Pr{k >= 9} = 1.000000 (one-sided test)
 Pr{k <= 9} = 0.000000 (one-sided test)
 Pr{k <= 9} = 0.000000 (two-sided test)

note: upper tail of two-sided p-value is empty

. **bitest AABA = 0.95**

Variable	N	Observed k	Expected k	Assumed p	Observed p
AABA	11	5	10.45	0.95000	0.45455

Pr(k >= 5) = **1.000000** (one-sided test)

Pr(k <= 5) = **0.000006** (one-sided test)

Pr(k <= 5) = **0.000006** (two-sided test)

note: upper tail of two-sided p-value is empty

. **bitest EPAMRO=0.95**

Variable	N	Observed k	Expected k	Assumed p	Observed p
EPAMRO	25	9	23.75	0.95000	0.36000

Pr(k >= 9) = 1.000000 (one-sided test)

Pr(k <= 9) = 0.000000 (one-sided test)

Pr(k <= 9) = 0.000000 (two-sided test)

note: upper tail of two-sided p-value is empty

. **bitest ETGRO=0.95**

Variable	N	Observed k	Expected k	Assumed p	Observed p
ETGRO	25	9	23.75	0.95000	0.36000

Pr(k >= 9) = 1.000000 (one-sided test)

Pr(k <= 9) = 0.000000 (one-sided test)

Pr(k <= 9) = 0.000000 (two-sided test)

note: upper tail of two-sided p-value is empty

. **bitest SBNA=0.95**

Variable	N	Observed k	Expected k	Assumed p	Observed p
SBNA	13	8	12.35	0.95000	0.61538

Pr(k >= 8) = 0.999980 (one-sided test)

Pr(k <= 8) = 0.000287 (one-sided test)

Pr(k <= 8) = 0.000287 (two-sided test)

note: upper tail of two-sided p-value is empty

Anexo

Princípios de Controlo Interno para Supervisão

Princípio 1: A administração deve ser responsável pela aprovação e revisão periódica das estratégias globais da atividade e das políticas relevantes para o banco; compreender os principais riscos incorridos pelo banco, determinar os níveis aceitáveis para esses riscos e assegurar que tomem as medidas necessárias para identificar, monitorar e controlar esses riscos; aprovar a estrutura organizacional e assegurar que o nível superior esteja monitorar a efetividade do sistema de controlo interno. A administração é responsável, em última instância, pelo estabelecimento e manutenção de um sistema de controlo interno adequado e efetivo.

Princípio 2: O nível da gerência deve ter a responsabilidade pela implementação das estratégias e políticas aprovadas pela administração, pelo desenvolvimento de processos que identifiquem, mensurem, monitorem e controlem os riscos incorridos pelo banco, pela manutenção de uma estrutura organizacional que determine claramente responsabilidade, autoridade e hierarquia; pela fixação das medidas apropriadas para o controlo interno, pelo monitoramento da adequação e da efetividade do sistema de controlo interno.

Princípio 3: A administração e o nível da gerência são responsáveis pela promoção de padrões éticos e de integridade, e por estabelecer uma cultura dentro da organização que enfatize e demonstre a todos os funcionários a importância do controlo interno. Os diversos níveis hierárquicos numa organização bancária precisam entender o seu papel no processo de controlo interno e estar completamente engajados nele.

Princípio 4: Um sistema de controlo interno efetivo requer que os riscos que poderiam afetar adversamente a realização dos objetivos do banco estejam reconhecidos e continuamente avaliados. Essa avaliação deve cobrir todos os tipos de risco enfrentados pelo banco. O controlo interno pode necessitar de revisão para incorporar apropriadamente algum risco novo ou não controlado previamente.

Princípio 5: As atividades de controlo devem ser uma parte integrante das atividades diárias de um banco. Um sistema efetivo de controlo interno requer que uma estrutura apropriada de controlo seja estabelecida, com as atividades de controlo definidas para cada tipo de negócio. Esses devem incluir: revisões, atividades de controlo apropriadas para diferentes departamentos; controlo físico, verificação de conformidade com os limites de exposição e o acompanhamento da não conformidade; um sistema de aprovação e autorização, e um sistema de verificação e reconciliação.

Princípio 6: Um sistema efetivo de controlo interno requer a existência de apropriada segregação de funções e que aos funcionários não sejam atribuídas responsabilidades conflitantes. Áreas de potencial conflito de interesse devem ser identificadas, minimizadas e sujeitas a monitoramento cuidadoso e independente.

Princípio 7: Um sistema efetivo de controlo interno requer que haja, internamente, adequada e compreensiva informação financeira, operacional e de dados de conformidade, bem como informação sobre eventos e condições do mercado externo relevantes para a tomada de decisão. A informação deve ser confiável, oportuna, acessível e fornecida num formato consistente.

Princípio 8: Um sistema de controlo interno requer a existência de sistemas de informações apropriados, que cubram todas as atividades do banco. Esses sistemas, incluindo aqueles que registrem e usem dados na forma eletrónica, devem ser seguros, independentemente monitorados e mantidos por planos de contingência adequados.

Princípio 10: A efetividade global do controlo interno do banco deve ser continuamente monitorada. O monitoramento dos riscos-chave deve ser parte das operações diárias do banco, bem como das avaliações periódicas realizadas pelas linhas de negócio e pela auditoria interna.

Princípio 11: Deve existir uma auditoria interna efetiva e completa sobre o sistema de controlo interno, executada por pessoas treinadas, competentes e operacionalmente independente. A auditoria interna, como parte do

monitoramento do sistema de controlo interno, deve reportar-se diretamente à administração ou ao comité de auditoria, e ao nível da gerência.

Princípio 12: As deficiências identificadas no controlo interno, se observadas pelos operadores de negócios, auditoria interna, devem ser prontamente comunicadas ao nível da gerência e solucionadas rapidamente. Deficiências relevantes no controlo interno devem ser comunicadas ao nível superior.

Princípio 13: Os supervisores devem exigir que todos os bancos, independentemente de tamanho, tenham um efetivo sistema de controlo interno que seja consistente com a natureza, a complexidade e o risco das suas atividades registradas ou não nas demonstrações financeiras e que responda a mudanças nas condições e ambiente externo do banco. Naqueles casos em que os supervisores determinem que o sistema de controlo interno não é adequado ou efetivo para o perfil de risco do banco, devem adotar a ação apropriada.